

Bibliografia

AA.VV., 2013; AZEVEDO, T.P., 2000, pp. 158-161; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 145-146; BARROCA, M.J., 1990-91, pp. 94 e 114-116; BARROCA, M.J., 1996a, pp. 17-28; BARROCA, M.J., 2004, p. 190; BARROCA, M.J. e LOURENÇO, P.B., 2013; BARROCA, M.J. e AMARAL, L.C., 2019; CALDAS, A.J.F., 1996, pp. 404-411 (1ª ed., 1881); CARDOZO, M., 1957; CARVALHO, A.L., 1937; CHANC. AF. III, I, doc. n.º 41 (de 1254, março, 11), doc. n.º 140 (de 1258, maio, 16), doc. n.º 523 (de 1272, agosto, 15); CHANC. D. JOÃO I, II, doc. n.º 35 (de 1389, dezembro, 31), doc. n.º 187 (de 1386, abril, 16); DGEMN, 1937b; DIAS, L.F.C., 1961-69, V, pp. 9-14; FERREIRA, M.C.F., 2010, pp. 225-232 e 371-372; FIGUEIREDO,

J., 1964, pp. 47-121; FONTE, B., 1994; GIL, J., 1986, pp. 33-34; GUIMARÃES, A., 1940; GUIMARÃES, O., 1898, pp. 5-13; LMUMADONA, doc. n.º 1b (de 968, dezembro, 4), doc. n.º 49 (de 957, junho, 8 - aliás [950, julho, 24-951, janeiro, 5]); MARQUES, J., 1989; MARTINS, M.G., 2016, pp. 257-258; MEM. PAROQ. 1758 (2003), pp. 333-334; PERES, D., 1969, pp. 23-32; PINA, L., 1928; PINA, L., 1933; PMH, DC, doc. n.º 71 (de 957, junho, 8 - aliás [950, julho, 24-951, janeiro, 5]), doc. n.º 97 (de 968, dezembro, 4); PMH, INQ., p. 723 (de 1258); PMH, LEGES, pp. 350/351 (de 1095-1096); PMH, SCRIPT., p. 12; SIPA; TEIXEIRA, F.J., 2001; VMH, doc. n.º 8 (de 957, junho, 8 - aliás [950, julho, 24-951, janeiro, 5]), doc. n.º 14 (de 968, dezembro, 4), doc. n.º 57 (de 1095-1096) e doc. n.º 296 (de 1318, julho, 21).

Igreja de São Miguel do Castelo

A IGREJA DE SÃO MIGUEL está situada em Guimarães (distrito de Braga) na freguesia da Oliveira. Em Guimarães siga para sudeste na avenida Alberto Sampaio/N101 em direção à Rua Dr. José Sampaio/N101-2. Na rotunda, siga em frente até avenida General Humberto Delgado/N207-4. Vire à direita em direção a rua Dr. Joaquim de Meira. A igreja de São Miguel encontra-se à sua esquerda.

O castelo de Guimarães dedicado a São Mamede como indica a documentação do século x, em cuja antiga cerca baixa se situa a igreja de São Miguel, foi construído no *Monte Latito* por iniciativa da condessa Mumadona Dias. Em 968 a célebre condessa portugalense doou o castelo ao mosteiro de Santa Maria de Guimarães, que ela própria fundara *circa* de 950 com o apoio do monarca leonês Ramiro II, para proteção da comunidade monástica. A vila de Guimarães nascerá assim de dois núcleos: o do mosteiro e o do castelo.

O documento mais antigo que se refere a São Miguel data de 1216. Trata-se de uma composição entre o arcebispo de Braga e o prior da colegiada de Guimarães (sucessora do antigo mosteiro de Santa Maria), surgindo São Miguel não como uma igreja paroquial mas como uma capela: *a de Sancti Michaelis de Castello*. Nas Inquirições Gerais de 1258 São Miguel era já uma freguesia do Julgado de Guimarães. As testemunhas então inquiridas afirmaram que a igreja fora capela do rei: *tamen de veteri fuit capella Domni Regis*, o que reforça a hipótese de a atual igreja ter substituído uma antiga capela castral, templo que se coaduna com a evocação ao arcanjo São Miguel, chefe do exército celeste.

Implantada no interior da antiga cerca baixa do castelo, a igreja de São Miguel é composta por nave e cabeceira retangulares construídas em granito e aparelho pseudo-isódomo. Ambas são cobertas por tetos de madeira de duas águas, sendo a cabeceira mais baixa e estreita do que a nave.

Exteriormente, o alçado oriental da cabeceira patenteia uma grande simplicidade. É composto por uma estreita fresta sem qualquer elemento escultórico e por empena de duas águas. Os alçados norte e sul, nos quais estão ausentes vãos de iluminação, são rematados superiormente por cornijas pouco profundas que se apoiam em cachorros lisos.

Na fachada norte da nave permanecem dois arcosólios, um de cada lado do portal, que aproveitam a espessura do muro. O arcosólio que se situa a ocidente do portal é de maior dimensão, sendo ambientado por uma arquivolta de aduelas lisas e por um arco envolvente que apresenta um motivo fitomórfico esculpido em bisel. O outro arcosólio tem um menor pé-direito, sendo composto por aduelas lisas. No século xix ainda se mantinham os dois túmulos encaixados nestes arcos, segundo a descrição de A. J. Ferreira Caldas (1881). O portal apresenta aduelas lisas inscritas na superfície murária e tímpano liso. Acima do portal, duas frestas estreitas alternam com quatro mísulas, certamente vestígios do telhado de um alpendre, sendo a fachada coroada por cornija pouco profunda assente em cachorros lisos.

Na fachada sul pontua um portal com as aduelas inscritas na espessura do muro e tímpano liso. Três mísulas e um lacrimal atestam a presença de um alpendre. Deste alçado da nave fazem ainda parte duas estreitas frestas e uma cornija pouco profunda assente em cachorros lisos. Na fachada ocidental abre-se um portal em arco ligeiramente quebrado, que não apresenta colunas, cujo arco envolvente mostra um motivo fitomórfico esculpido em bisel, em tudo semelhante ao do arcosólio da fachada norte. O tímpano liso foi aí colocado na campanha das obras de restauro realizadas pela DGEMN na década de 1930. Ladeando o portal subsistem quatro mísulas. Uma estreita fresta e uma empena de duas águas onde pontua



Perspetiva aérea do Castelo de Guimarães e da igreja de São Miguel do Castelo (Imagens ©2022 Google, Imagens ©2022 Aerodata International Surveys, CNES / Airbus, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2022)

uma cruz, aí colocada durante a campanha de restauro em substituição de uma sineira de dois vãos então demolida, completam este alçado.

Nos alçados do interior da cabeceira, somente no muro oriental pontua uma estreita fresta. A estrutura do arco triunfal é posterior à obra românica. Alterado na época moderna foi parcialmente refeito com um conjunto de aduelas encontradas nas escadas laterais do adro, em obras de restauro ocorridas na década de 1870. Os alçados norte e sul da nave são compostos pelos dois portais que, no interior não apresentam qualquer motivo escultórico, e por estreitas frestas. Na face interna da fachada ocidental o vão do portal não apresenta escultura, sendo sobrepujado por uma fresta. No ângulo formado pelos muros norte e sul foi colocada uma pia de granito na qual, segundo

a tradição, D. Afonso Henriques recebeu o batismo pela mão do arcebispo de Braga, São Geraldo.

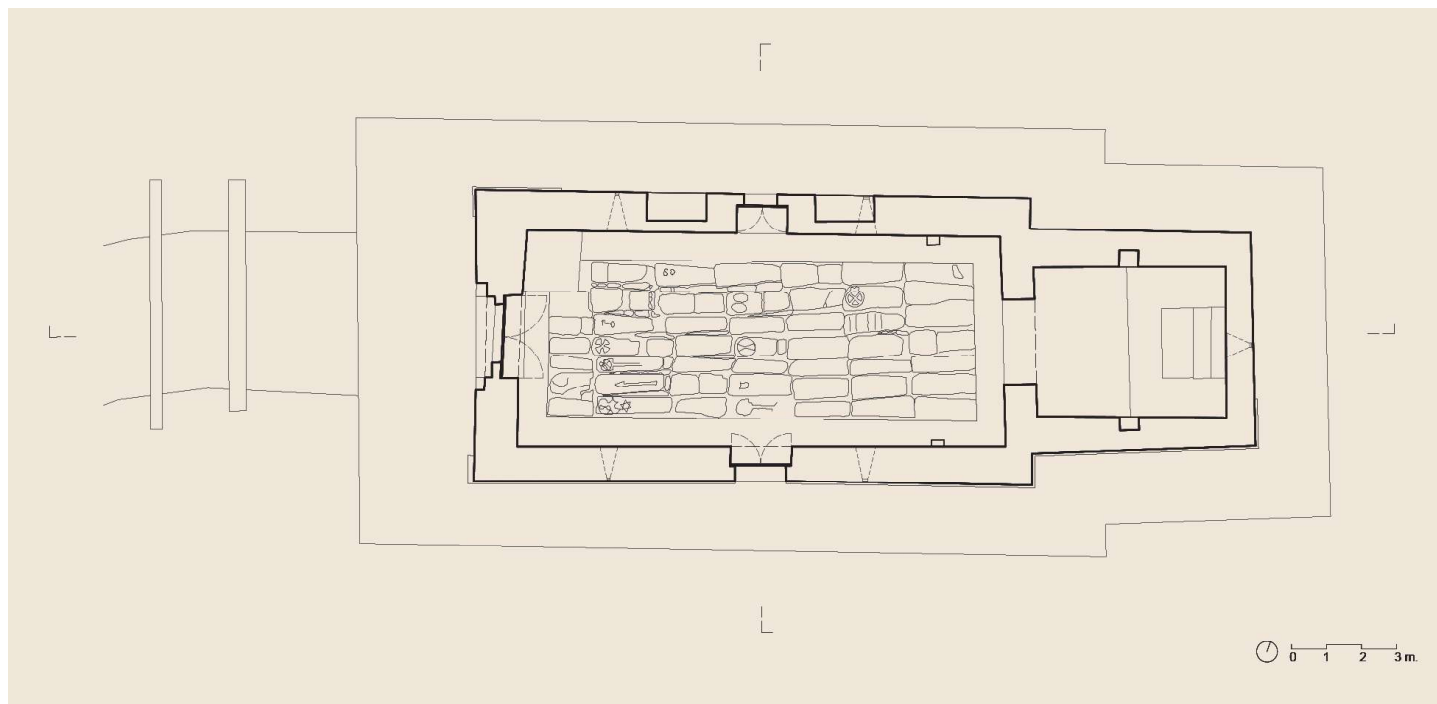
No pavimento da nave da igreja ainda permanecem várias tampas funerárias medievais, com cruzes, cruzes insertas em círculos e béstas, entre outros vestígios já da época moderna. Em 1881, A. J. Ferreira Caldas registou várias sepulturas no adro da igreja, provavelmente as que se conservam no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães) transferidas para este local em 1933, como apurou Mário Barroca. Entre este espólio há tampas de sepultura com elementos gravados como espadas e machados.

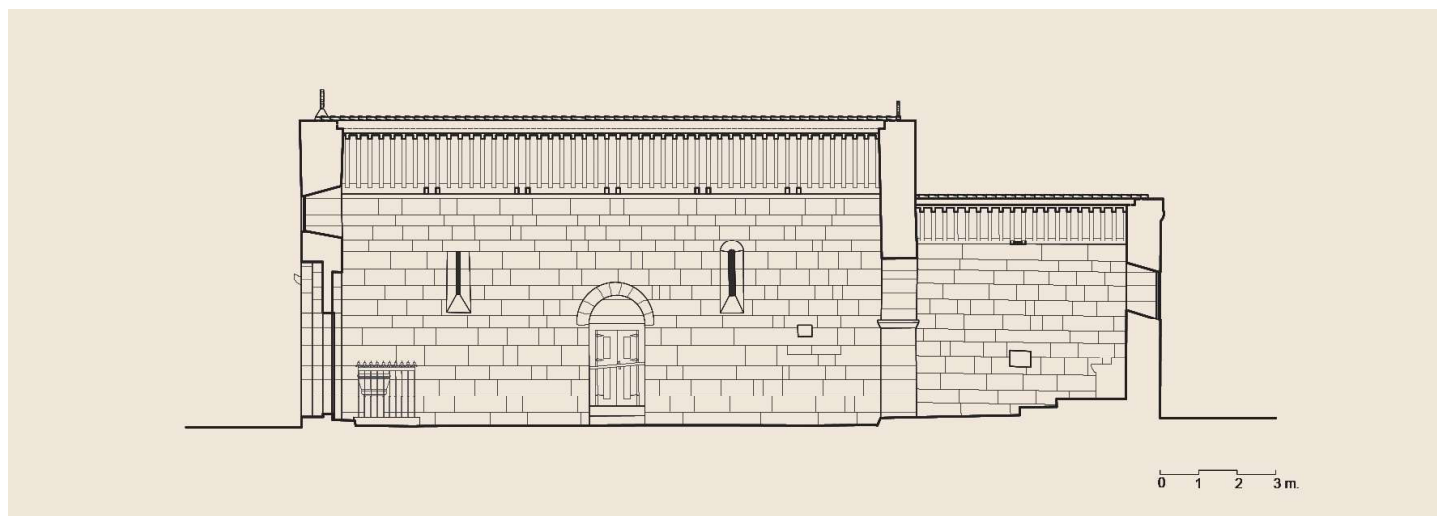
Da descrição da igreja se conclui que as fachadas ocidental, sul e norte da nave eram providas de alpendres. Na documentação dos séculos XIII e XIV há referências ao



Perspetiva geral da igreja. Alçados norte e oeste

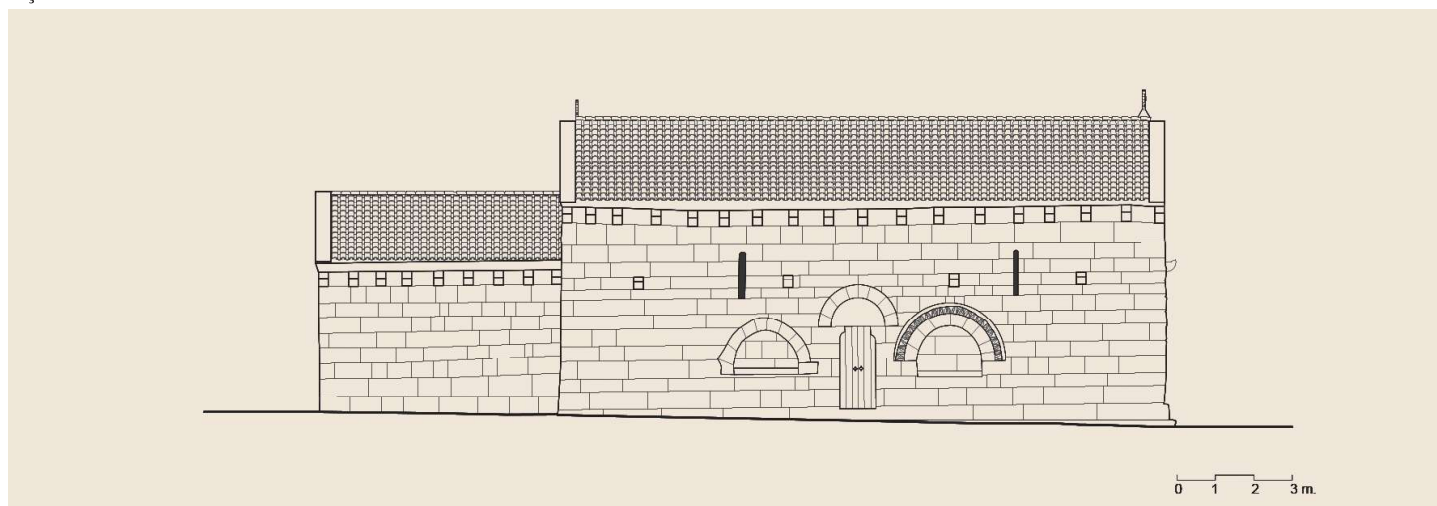
Planta



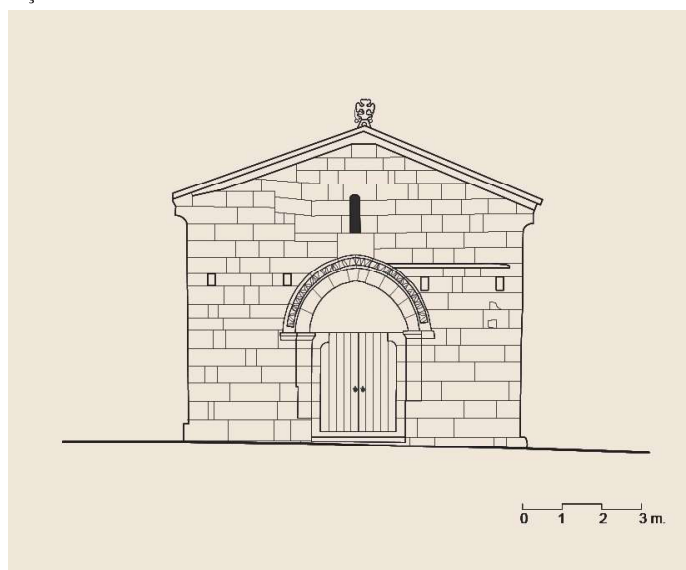


Corte longitudinal

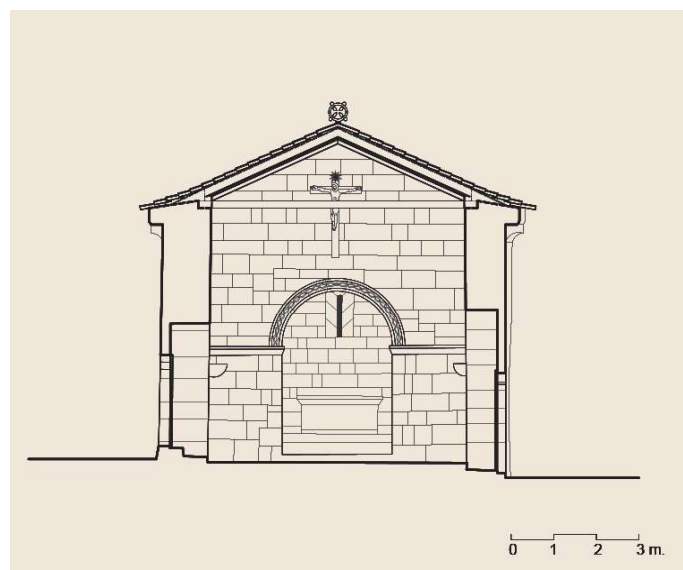
Alçado norte



Alçado oeste



Corte transversal





*Cabeceira e
alçado sul*



*Alçado norte da
nave. Portal e
arcossólios*



Interior. Perspetiva do arco triunfal e portal norte

alpendre *velho dante S. Miguel* e ao alpendre de Santa Margarida, orago que se associou ao de São Miguel. A utilização dos dois padroeiros da igreja, São Miguel e Santa Margarida, foi-se mantendo ao longo do tempo, muito embora a devoção à santa por parte das parturientes se tivesse sobrepuesto ao culto a São Miguel.

Sob o alpendre *velho* reuniam-se os homens do concelho. Junto à igreja existia ainda a albergaria de Santa Margarida, documentada desde 1333, o que indicia que a igreja e o espaço contíguo se constituíam como um centro nevrálgico do núcleo populacional do castelo, como esclareceu M. C. F. Ferreira.

O portal principal de São Miguel não apresenta colunas, aspeto que aponta para uma datação tardia. Os portais laterais são ainda mais simples, sem colunas nem arquivoltas. Os cachorros lisos, que suportam uma cornija pouca profunda, configuram uma datação que não pode ser anterior ao século XIII. A morfologia destes elementos, cachorros e cornija, é fundamental para a aferição de cronologias da arquitetura românica portuguesa. Nas construções mais antigas a cornija é mais profunda e os

cachorros que a sustentam apresentam uma forma retangular alongada onde a escultura se adapta à forma da peça. Esta escultura é, habitualmente, rica e variada. Na igreja de S. Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde) a cabeceira, cuja datação de 1151 está consagrada por uma epígrafe, mostra uma cornija profunda e cachorros alongados com figuração, enquanto a nave, do século XIII, apresenta cachorros quadrangulares, sem escultura e uma cornija muito pouco profunda.

Muito celebrada na literatura de carácter memorialista da época moderna e na historiografia portuguesa dos séculos XIX e XX a igreja de São Miguel do Castelo de Guimarães está miticamente associada ao fundador da nacionalidade. Segundo a tradição, foi nesta igreja que D. Afonso Henriques recebeu o batismo. A desajustação cronológica entre a hipotética data do batismo de D. Afonso Henriques e as características arquitetónicas e decorativas da igreja de São Miguel do Castelo foi notada por Manuel Monteiro, que atribuiu a sua construção aos finais do século XII. Todavia, a conjugação dos elementos deste templo configura uma datação já do século XIII, coincidente aliás com a possível

data de sagração da igreja na década de 1230 pelo arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho (1229 e 1244).

Muito embora a documentação e as soluções arquitetónicas da igreja de São Miguel não deixem dúvidas sobre a época de construção, não há razões para excluir a hipótese da existência de um templo anterior. Cremos que a referência a São Miguel que consta nas Inquirições de 1258, acima citadas, é elucidativa. Ao informar que a igreja é paroquial o texto das Inquirições explicita: *tamen de veteri fuit capella Domni Regis*. Parece claro que a igreja paroquial teve origem numa capela régia que integrava o castelo ou seja, uma capela castral. A sacralização dos locais de refúgio e defesa com capelas castrais, que protegiam o lugar e serviam para o culto no período de cerco, é um fenómeno que se regista desde cedo na história dos castelos. O orago

do castelo, São Mamede, é frequente na época da reconquista. Sendo o principal protetor do gado, que se recolhia nos recintos amuralhados em época de guerra, são vários os exemplos de castelos que evocam aquele santo.

Texto: LCR - Fotos: JNG - Planos: GM/MF/MS (sobre DRCN)

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1992a, p. 373; BARROCA, M.J., 1987, pp. 350-351; CALDAS, A.J.F., 1996, II, p. 230; FERNANDES, I.M., 2020; FERREIRA, M.C.F., 2010, pp. 375-376; MARQUES, J., 1988, p. 540; MONTEIRO, M., 1948, p. 201; PMH, DC, doc. n.º 97 (de 968, dezembro, 4); PMH, INQ., pp. 736-737 (de 1258); ROSAS, L.M.C., 2007, p. 218; VMH, doc. n.º 179 (de 1216, outubro).

Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

A IGREJA da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira situa-se no no Largo da Oliveira no coração do Centro Histórico de Guimarães (Património Mundial, 2001). Aproximando-se de Guimarães pela A11 siga pela N2016 em direção a Guimarães/Fafe e depois pela N101 em direção a Guimarães/Centro. No Largo da Misericórdia vire à esquerda e siga pela Rua D. Maria II até encontrar a Rua Alfredo Guimarães. O Largo da Oliveira encontra-se a *circa* de 100 m.

A fundação do mosteiro de Santa Maria *circa* de 950 na *villa Vimaranes*, pela condessa Dona Mumadona Dias, constituiu-se como um fenómeno que ultrapassa a circunstância de uma fundação monástica. Membros da família condal fundada por Vímara Peres, presor do Porto e obreiro da reconquista do vale inferior do Douro, Mumadona Dias e Hermenegildo Gonçalves eram detentores de um vasto património, parte do qual a condessa portugalense doou ao mosteiro 959. Segundo Sottomayor-Pizarro a nobreza condal que se desenvolveu no território, anteriormente à formação de Portugal, entre os meados do século IX e o final do século XI, estruturou-se a partir dos vários condes enviados por Afonso III das Astúrias. O objetivo do rei asturiano era o de reconquistar ou repovoar as regiões fronteiriças meridionais do extremo ocidental do reino, então sediado em Oviedo.

Data de 926 o primeiro documento que menciona Mumadona Dias e o seu marido, Hermenegildo Gonçalves, quando o rei Ramiro II de Leão lhes doa uma herdade em Creixomil, como esclareceu José Mattoso. A condessa, então já viúva, irá dotar largamente o mosteiro que havia fundado, no mesmo dia em que a igreja do cenóbio foi

sagrada: 26 de janeiro de 959. Além de um vasto património fundiário, Mumadona Dias dotou o mosteiro de alfaia litúrgicas, livros e paramentaria *pro ornamentis sacrae altarium sanctorum*. Entre estes objetos destacam-se uma cruz de ouro ornada de pedras, uma capa *deaurata* e *lapidibus ornata*, coroas, cruzes douradas, candelabros, lucernas, turíbulos, *ditagos*, *torques deauratas*, *frontales*, *cifos*, antifonários, saltérios, passionários, dalmáticas, palas e casulas, entre outros. A importância desta informação para o estudo das alfaia litúrgicas e para a aferição do arranjo interno dos templos no século X é evidente. O desaparecimento destes objetos e algumas tendências historiográficas transmitiram uma imagem de espaços sacros alti-medievais desprovidas de cor, tecidos, objetos em metal e pedras preciosas, elementos que as igrejas só teriam começado a albergar a partir da época românica. Todavia, a revisão deste tema e a pesquisa centrada na documentação têm contribuído para uma perspetiva renovada. No que diz respeito aos frontais em metais preciosos e aos retábulos (atrás ou sobre os altares), a investigação dos últimos anos tem permitido recuar a sua presença nos templos ao século X. Joan Duran-Porta revela a encomenda de um frontal pela comunidade monástica de Santa Maria D'Amer (Girona), em documento datado de 986, e de um outro frontal em prata mencionado no final do século X, encomendado para o mosteiro de Sant Pere de Maleses (Pallars Jussà, Lérida). O estudo das relações entre arquitetura, a liturgia e a devoção e a localização de alfaia litúrgicas e imagens no edifício de função religiosa, constitui um instrumento de análise e de interpretação da própria arquitetura, já que a sua conjugação ajuda a compreender as parcelas do edifício, as componentes modulares e os sistemas de circulação.



*Igreja da colegiada
de Nossa Senhora
da Oliveira.
Alçado oeste*

O mosteiro Santa Maria de Guimarães desempenhou um importante papel na organização e povoamento do território, aspeto realçado por Luís Amaral. A ausência de uma outra estrutura eclesiástica, já que processo de restauração da diocese de Braga foi iniciado em 1071 mas somente concluído à volta de 1100, foi suprida, na região a sul do Lima, pelo mosteiro de Guimarães. Segundo Luís Amaral, a fundação do mosteiro "enquadra-se no processo geral de colonização largamente controlado pela aristocracia e encontra paralelo na criação, pela mesma época, de dois futuros potentados monásticos galegos, São Salvador de Celanova e Santa Maria de Sobrado." O primeiro foi fundado por São Rosendo *circa* de 936-937 e o segundo por Hermenegildo e Paterna, condes de Présaras em 952. Nos três exemplos referidos, Guimarães,

Celanova e Sobrado, os fundadores pertenciam a grandes linhagens da aristocracia fundiária que tiveram a capacidade de atrair copiosas dádivas, como explanou Luís Amaral.

O povoamento e organização do território que teve no mosteiro de Guimarães e nos condes portugalenses os seus principais agentes, consubstanciou-se, como não poderia deixar de ser, numa dinâmica construtiva. O dinamismo construtivo dos séculos X e XI, cujo impulso se deve às circunstâncias históricas referidas, será particularmente notório na área de influência de Guimarães, como exemplificam os diversos vestígios pré-românicos da região. A cultura construtiva desta época deixará marcas na arquitetura românica. É disso exemplo o portal da Sala do Capítulo da igreja vimaranense.

A atual igreja da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira corresponde a uma construção gótica patrocinada por D. João I, ex-voto de agradecimento a Nossa Senhora pela sua vitória na batalha de Aljubarrota (1385). A igreja, que teve como mestre João Garcia de Toledo, começou a ser construída em 1387 tendo sido sagrado o seu altar em 1401, embora as obras se tenham prolongado até 1413 como apurou Mário Barroca. Muito favorecida pelo poder régio, desde o reinado de D. Afonso Henriques, Santa Maria da Guimarães constituiu-se como um importante lugar de peregrinação nos meados do século XIV. Sucedendo ao mosteiro fundado por Mumadona Dias, que se regia pela regra monástica de São Frutuoso reformada por São Rosendo, a colegiada de Guimarães existia já em 1110. Entre o mosteiro fundado *circa* de 950 e a construção encomendada por D. João I, existiu um outro conjunto (templo, sala do capítulo, claustro) edificado na época românica, provavelmente coevo da instituição da colegiada. Dos vestígios remanescentes, datados dos séculos XII e XIII, destaca-se o portal da Sala do Capítulo hoje integrada, assim como todo o claustro, no Museu de Alberto Sampaio.

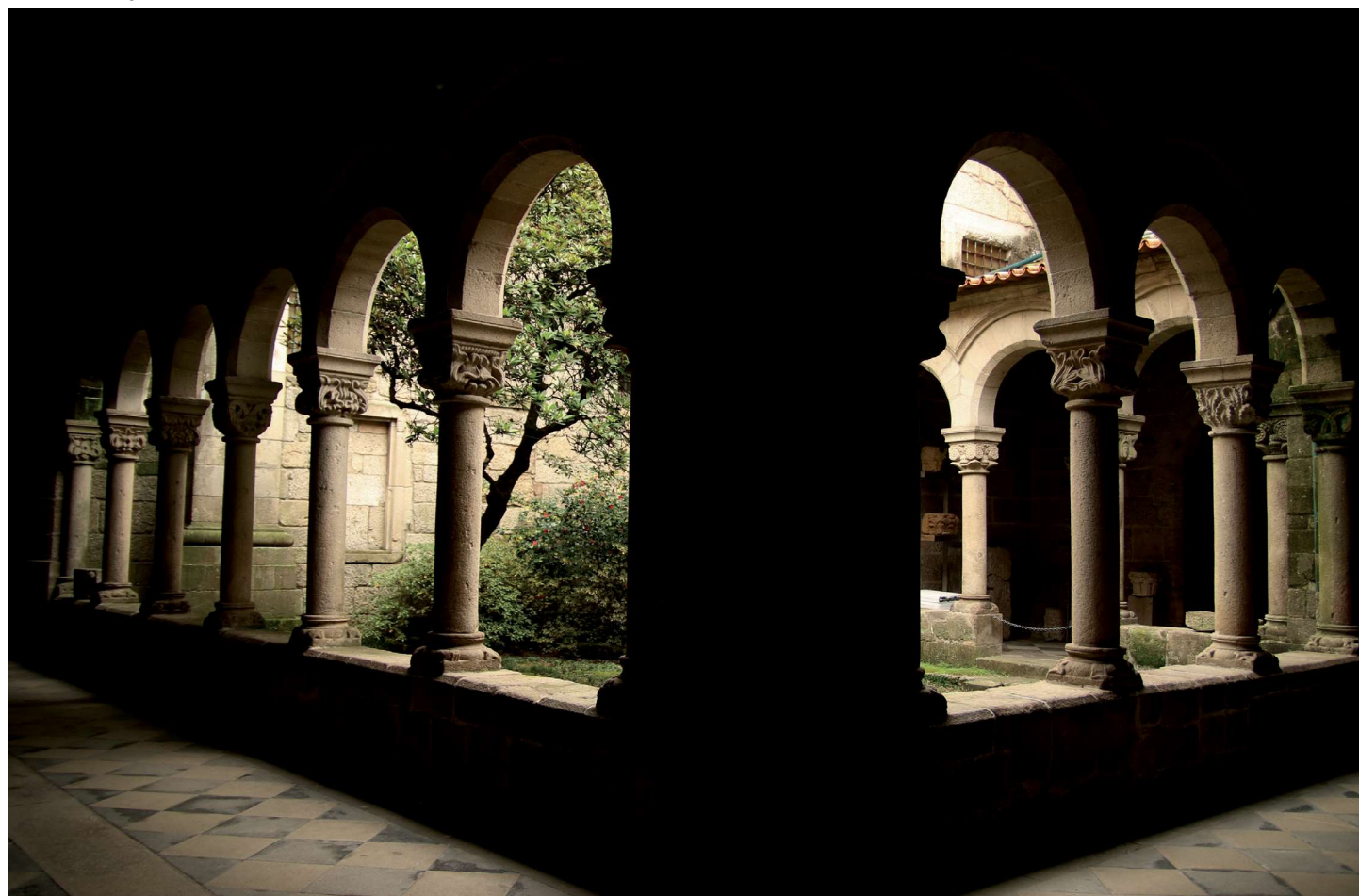
PORTAL DA SALA DO CAPÍTULO

Construído em granito e aparelho pseudo-isódomo, o portal da sala do capítulo, tem um perfil em arco ultrapassado. É ladeado por dois vãos de iluminação mainelados cujos arcos apresentam um perfil semelhante ao do portal. Os capitéis são compostos por cestos de grande dimensão onde domina a escultura de animais afrontados. Os fustes têm uma reduzida altura, quando comparados com o pé-direito do portal. Assentam em bases de perfil ático, com uma modinatura de toro/escócia muito pronunciada no toro inferior que, por sua vez, assentam sobre altos plintos.

Há, sem dúvida, acentuadas diferenças entre os capitéis do portal, com animais afrontados muito musculados e de recordação galega e, os outros, dos vãos de iluminação, semelhantes aos do claustro, como observou C. A. Ferreira de Almeida.

Contudo, deve ser referido que estes vãos estavam entaipados a pedra e cal no início do século XX, como esclarece Albano Bellino. Segundo Bellino, que publica uma fotografia deste alçado, as aberturas eram do mesmo *estilo*

Claustro da colegiada



do portal e iriam ser brevemente postas a descoberto. Embora haja notícia do desentapamento dos vãos de iluminação em 1928, e do revestimento dos mesmos com cantaria e colocação de grades de ferro, não estamos certos quanto à originalidade dos capitéis que, nas obras de restauro, podem ter sido feitos de novo e inspirados em capitéis do claustro. Queremos deixar claro que esta observação é unicamente uma hipótese.

Apesar das acentuadas diferenças entre os capitéis do portal, com animais afrontados, e os outros, dos vãos de iluminação, semelhantes aos do claustro, esta diversidade não significa que não possam ser da mesma cronologia até porque a época românica estimou a variedade. É raro vermos num mesmo portal românico capitéis iguais ou semelhantes entre si na escultura que apresentam. Os portais em que esta variedade dos capitéis é substituída por uma tendência para a uniformidade correspondem, habitualmente, a uma cronologia mais tardia onde já são visíveis influências da arte gótica.

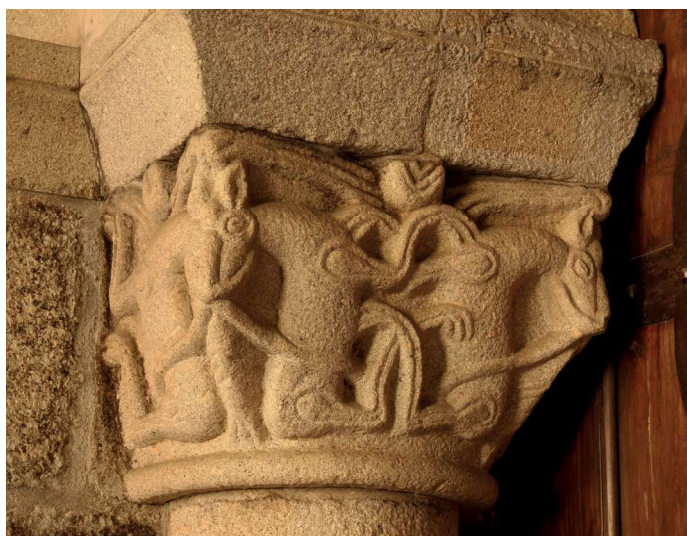
A "recordação galega" dos capitéis do arco central, referida por C. A. Ferreira de Almeida, diz respeito a

modelos muito difundidos na província de Pontevedra e no interflúvio entre o Minho e o Lima, território que até ao século XIV esteve sob o domínio eclesástico da sé de Tui. Todavia, a disseminação destes modelos, que se caracterizam pela utilização de capitéis com cestos de acentuada dimensão relativamente ao pé-direito das colunas que coroam e por uma escultura muito relevada e bem adaptada à morfologia da peça, não se restringiu à área de influência da sé tudense. Apesar de algumas diferenças ao nível da técnica, os capitéis da cabeceira da igreja de São Cristovão de Rio Mau (Vila do Conde), datada por epígrafe de 1151, acusam muitas semelhanças com os modelos do transepto da sé de Tui e das igrejas de São Salvador de Ganfei (Valença), Sanfins de Frietas (Valença) e São João de Longos Vales (Monção), o que demonstra uma difusão daqueles modelos em áreas afastadas relativamente ao território da sé de Tui.

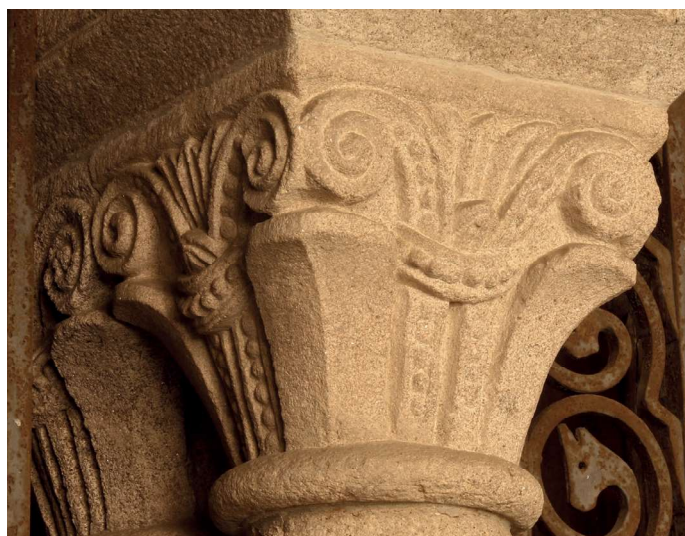
O perfil ultrapassado do arco triunfal de Rio Mau está também muito preso às soluções pré-românicas muito embora esta relação não seja tão evidente como no caso do portal da Sala do Capítulo de Guimarães. Referindo-se

Portal da Sala do Capítulo





Capitel esquerdo do portal



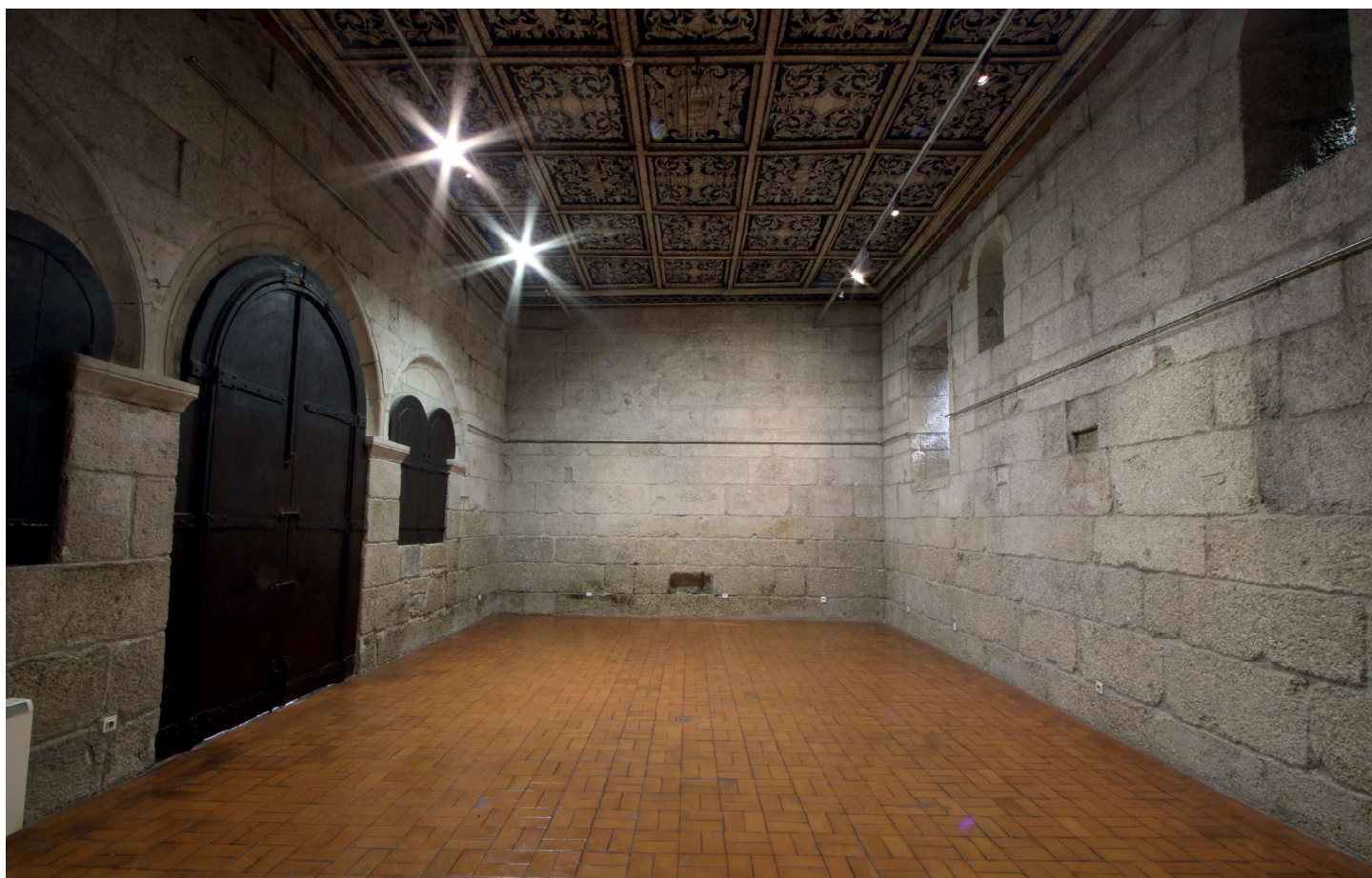
Capitel da fresta direita

Claustro da colegiada. Capitéis avulsos



a esta entrada, C. A. Ferreira de Almeida considera que, excetuando os capitéis "são grandes as recordações moçárabes que esta obra nos causa, as quais são ainda reforçadas pela excelente técnica construtiva que as arcadas

evidenciam". O artista conhecia bem os modelos pré-românicos já que neste portal há semelhanças com vestígios do claustro do vizinho mosteiro de Santa Marinha da Costa. A técnica utilizada nos arcos ultrapassados é uma das



Interior da Sala do Capítulo

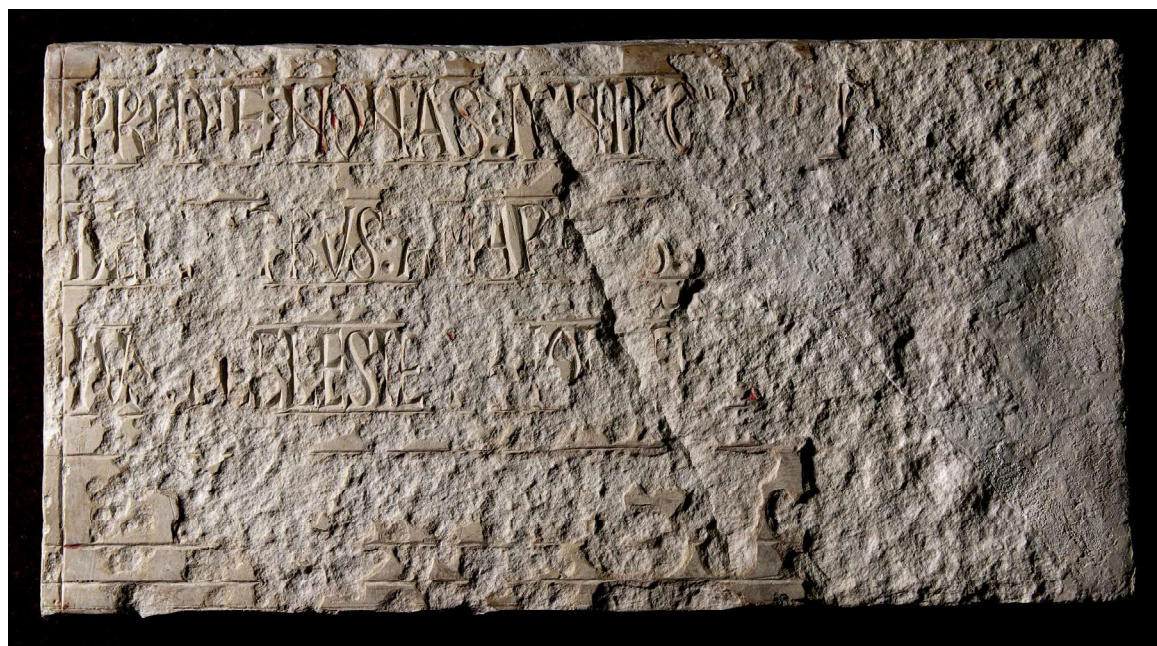
"evidentes amostras das influências moçárabes, na primeira parte do século XIII, na área de Guimarães", escreveu C. A. Ferreira de Almeida.

Entre os vestígios moçárabes patentes em edificações próximas da cidade vimaranense, merecem referência os elementos construtivos e decorativos dos mosteiros de Santa Marinha da Costa e de São Torcato. Manuel Real, a quem se deve uma campanha de escavações arqueológicas no mosteiro de Santa Marinha da Costa, identificou parcelas da hipotética residência condal de Mumadona Dias e Hermenegildo Gonçalves. Uma torre, de grande escala, onde pontua um vão de entrada de arco ultrapassado, é um elemento claramente moçárabe que o autor data do segundo quartel do século X. Também próxima de Guimarães, a Igreja Velha de São Torcato, antigo mosteiro de cónegos regrantes de Santo Agostinho desde 1132, e cuja sagração do novo altar data do mesmo ano, correspondendo a uma reforma românica, testemunha a presença moçárabe em elementos esculpidos em calcário, como capitéis e frisos, que podem ser atribuídos ao século X e que indiciam a qualidade do templo posteriormente transformado. No Museu

de Alberto Sampaio guardam-se algumas peças provenientes daquele templo.

A construção moçárabe deixou, sem dúvida, acentuada memória na cultura arquitetónica da região de Guimarães. O alçado do portal da Sala do Capítulo de Nossa Senhora da Oliveira deve ser entendido como um exemplo desse fenómeno. Como já referimos, o artista que construiu o arco ultrapassado do portal conhecia bem os modelos pré-românicos, atestando a influência das pré-existências na construção da época românica. A datação do portal da Sala do Capítulo é atribuída por C. A. Ferreira de Almeida ao segundo quartel do século XIII.

Muito embora não existam certezas quanto à sua localização original não podemos deixar de referir a inscrição funerária de D. Pedro Mendes Amarelo, notário de D. Afonso Henriques e prior da colegiada de Guimarães. Descoberta durante uma campanha de obras realizada na Sala do Capítulo na década de 1980, a epígrafe encontrava-se encastada na parede leste, no exato alinhamento do portal conforme esclareceu Mário Barroca, autor da sua leitura, transcrição e estudo. Gravada em calcário de



*Epígrafe funerária do prior
Pedro Amarelo (no Museu de
Alberto Sampaio)*

Ança-Portunhos, a epígrafe (atualmente guardada no Museu de Alberto Sampaio) apresenta vestígios de policromia. Na epígrafe consta o seguinte texto:

PRIDIE : NONAS : IVNII : OBIIT : F[amulus] / DEI : [pe]TRVS :
AMAR[elu]s : [prior : hu] / IVS : ECCLESIE : [...] O [...] / [...]

Datada do dia 4 de junho, esta epígrafe não permite ler o ano da morte de Pedro Amarelo. Todavia, tendo em conta a documentação relativa a este prior da colegiada, que já exercia essas funções em 1170, Mário Barroca atribui uma data hipotética da sua morte entre 1184 e 1191. Apesar das remodelações da Sala do Capítulo ao longo do tempo e dos restauros aí realizados nas primeiras décadas do século XX, circunstâncias que não permitem ajuizar sobre a sua construção original, não deixa de ser digna de nota a presença da memória daquele prior.

Da obra românica da Colegiada restam ainda alguns capitéis que integram a coleção do Museu de Alberto Sampaio e que terão pertencido ao portal da igreja. As suas características morfológicas e a figuração de dois felinos que se afrontam na esquina do capitel, abocanhando figuras humanas, ou de uma sereia cauda dupla, filiam estas peças no românico difundido no século XIII pelas campanhas construtivas da sé de Braga e do mosteiro de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim).

O claustro da Colegiada de Guimarães foi durante largo tempo classificado como românico, sendo datado de meados do século XIII em sintonia com o portal da Sala do Capítulo. Esta cronologia muito contribuiu para a sua valorização, dada a escassez deste tipo de construção da época

românica que se conserva em Portugal. Contudo, há uma série de factores que se conjugam e que nos levam a datar o seu arranjo atual do século XVI, notando embora que existem algumas peças reaproveitadas e outras que copiam elementos românicos pertencentes ao claustro anterior. A documentação da colegiada e a literatura cronística que a ela se refere, mencionam ter sido D. Diogo Pinheiro, prior de Guimarães e bispo do Funchal, quem mandou fazer o claustro, a torre dos sinos e a capela funerária dos seus pais, Pedro Esteves Cogominho e Dona Isabel Pinheiro, na base da mesma torre. As obras do claustro terão ocorrido entre as duas primeiras décadas do século XVI, quando D. Diogo Pinheiro foi prior da Colegiada, tendo deixado as suas armas patentes em arco da ala sul. Os capitéis de tipo almofada e a moldura que acompanha o extradorso dos arcos, esta de recordação árabe, deverão ser enquadrados no ambiente do revivalismo mudéjar do século XVI.

Texto: LCR - Fotos: JNG

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 75, 79; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 111; AMARAL, L.C., 2016, pp. XX, XXII; BARROCA, M.J. e REAL, M.L., 1992, p. 138; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 673 (de 1387, maio, 6); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 199 (de [1184-1191], junho, 4); BELLINO, A., 1900, p. 122; DURAN-PORTA, J., 2014, p. 128; FERNANDES, I.M., 2000, p. 17; LMUMADONA, doc. n.º 1ª (de 959, janeiro, 26); MARQUES, J., 1988, pp. 481, 779 e 797; MARQUES, J., 1994, pp. 65-95; MATTOSO, J., 2001a, pp. 96 e 106-107; REAL, M.L., 1985, p. 27; ROSAS, L.M.C., 1996-97, pp. 255-268; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2014, p. 16.